

Racionalidade, Crença, Desejo: um programa de investigação

Sofia Miguens¹

«Alguns animais pensam e raciocinam; ponderam, testam e rejeitam hipóteses, agem em função de razões, por vezes após deliberarem, imaginarem consequências e pesarem probabilidades; eles têm desejos, esperanças e ódios, às vezes por boas razões. Também cometem erros no cálculo, agem contra o seu próprio melhor juízo, ou aceitam doutrinas com base em evidência não adequada. Qualquer um destes feitos, actividades, acções ou erros é suficiente para mostrar que um tal animal é um animal racional, pois ser um animal racional é simplesmente isso, ter atitudes proposicionais, não importa quão confusas, injustificadas, ou erróneas estas atitudes possam ser. Proponho que esta é a resposta. A pergunta é: que animais são racionais?» Donald Davidson, *Rational Animals*.

1. Natureza e motivações do Projecto *Rationality, Belief, Desire II – from cognitive science to philosophy*. Atribuições de racionalidade e de irracionalidade.

Os artigos aqui reunidos resultam do trabalho em curso no âmbito do Projecto de investigação *Rationality, Belief, Desire II – from cognitive science to philosophy* (POCI/FIL/55555/2004) e devem ser vistos como explorações dos temas pelos quais o Projecto se ramifica². No centro dos nossos interesses estão os vários aspectos da *racionalidade*. A racionalidade é tomada como característica de *agentes cognitivos*. Numa primeira descrição, agentes cognitivos são sistemas guiados por representações que se comportam de forma adaptada ao ambiente em função de finalidades³. Entre os agentes

¹ Investigadora Responsável do *Rationality, Belief, Desire II – from cognitive science to philosophy* (POCI/FIL/55555/2004)

² O livro introdutório *Racionalidade* (Miguens 2004) serviu com proposta programática para o desenvolvimento do presente Projecto (cf. a lista de questões para uma teoria filosófica da racionalidade aí apresentada, pp. 19-45).

³ Esta é uma definição operacional, utilizada como ponto de partida – obviamente passa por cima de toda a discussão em ciência cognitiva acerca do que poderão ser representações e finalidades em sistemas cognitivos físicos. A nossa única justificação é o nível, num agente cognitivo, dos processos que sobretudo nos interessam (a que poderíamos chamar processos cognitivos

cognitivos estão incluídos os humanos, mas não apenas estes. Consideramos que para falar de agentes cognitivos não é estritamente necessário evocar desde logo a consciência. Esta consideração provém dos estudos da cognição. Em contrapartida, na filosofia, a análise da racionalidade de agentes conduz a questões específicas de *racionalidade prática* (racionalidade na decisão e na acção) e *racionalidade teórica* (racionalidade no raciocínio e no processo de fixação ou revisão de crenças) e frequentemente pressupõe a consciência dos agentes. De qualquer forma, e deixando de momento em suspenso a questão da consciência, para chegar às questões práticas e teóricas da racionalidade é necessário, pelo menos em princípio, falar de agentes. Ora, considerar certas partes do mundo como agentes supõe considerá-las dotadas de crenças e desejos e utilizar uma linguagem mentalista para as descrever. Do ponto de vista da filosofia da mente – embora estas questões se prolonguem pela epistemologia e pela metafísica – a natureza de tais estados e de tal linguagem está em aberto. Por essas razões o quadro de referência do Projecto é a filosofia da mente – é isso que é sintetizado no título pelo propósito de abordar conjuntamente a natureza da *racionalidade* e a natureza das *crenças e dos desejos*.

Pensamos que é fundamental, para compreender a racionalidade, procurar compreender os fenómenos de *irracionalidade*, quer teórica, quer prática. O desejo de avaliar de forma fundamentada as acusações de irracionalidade feitas a agentes, raciocínios, decisões e instituições nas mais diversas circunstâncias foi uma motivação fundamental para o Projecto. Interessou-nos sobretudo o facto de as acusações de irracionalidade serem supostamente superadas por proclamações ou apelos à racionalidade (como quando numa discussão as pessoas não se entendem, mas também quando se procura sustentar o estatuto de leis jurídicas e morais, quando se fala do estatuto da ciência, quando se fala de progresso de sociedades ou da qualidade de uma decisão política). Na verdade, é bastante frequente proclamar a racionalidade ou a irracionalidade sem aprofundar o que com isso se quer dizer. Mas devemos ter bem presente que é muito mais simples dizer o que é um argumento válido do que dizer o que é uma inferência justificada, uma decisão apropriada ou uma criatura racional.

Olhando para nós próprios, aparentemente, todos queremos ser

superiores). No artigo incluído neste volume, no entanto, J. P. MAÇORANO explora o problema da natureza da representação como dizendo respeito às relações entre informação e aquilo a que de um ponto de vista mentalista chamamos crença.

racionais, no sentido em que nenhum de nós quer ser considerado irracional: não queremos ter crenças não fundamentadas, não queremos raciocinar mal, não queremos decidir mal, não queremos agir contra o nosso melhor juízo. Mas porquê? O que é que isso tem a ver com a nossa forma de sermos mentais e humanos? O facto é que muito embora aparentemente desejemos ser racionais, muito frequentemente admitimos não o ser – os humanos parecem ser capazes de agir contra o seu melhor juízo⁴, de acreditar coisas que não têm razões para acreditar, de não acreditar naquilo que têm razão para acreditar, de acreditar em contradições, etc. Por que será assim? Será que quando acontece acreditarmos no que não devíamos acreditar, ou fazermos o que não devíamos fazer, se trata apenas de um desvio por ignorância, como quando desconhecemos uma regra que se aplicaria a dado momento na resolução de um determinado problema, ou será que a explicação é mais complicada, e procurá-la envolve saber mais sobre a forma como as nossas mentes são?

Para desenvolver uma abordagem dos problemas da racionalidade e da irracionalidade propusemo-nos explorar um conjunto de questões em torno do aspecto volitivo da nossa subjectividade, questões que de alguma forma nos decompõem conceptualmente enquanto agentes. As questões que se seguem foram constante objecto de atenção no Projecto: O que são desejos? O que são intenções? O que são emoções? O que é que finalmente nos motiva a agir? Seremos egoístas psicológicos, sempre em última análise motivados pelo interesse próprio? Será que apenas essa forma de agir pode conduzir a alguma forma de satisfação ou felicidade? Qual é a origem de tal egoísmo? Poderá (e deverá) ele ser de alguma forma superado na acção moral e racional? Será possível sabermos o que queremos sem sabermos o que somos? Como se relaciona a estrutura do nosso querer com aquilo que pensamos que somos, i.e. com as nossas auto-representações enquanto agentes? De onde virá a motivação para em algumas ocasiões considerarmos menos os nossos próprios desejos do que as necessidades de outras pessoas, ou da sociedade (por exemplo a necessidade de justiça)? Será a acção moral, realmente, ou em última análise, não egoísta ou será que para haver sequer motivação para a acção tem que haver sempre egoísmo? Como se relacionam egoísmo e emoções? Serão as emoções puramente irracionais? Será que em

⁴ Esta é obviamente uma afirmação polémica, e não mereceria sequer o acordo de todos os membros do MLAG envolvidos no Projecto RBD2 (cf. Mauro & Cadilha, no presente volume).

agentes como nós razões podem realmente ser causas de acções? Em função de tudo isto, e para além das definições disponíveis e comumente utilizadas⁵, o que é afinal racionalidade na acção?

De facto, estas são questões com as quais o nosso primeiro projecto sobre racionalidade, (*Rationality, Belief, Desire – motivation for action from the viewpoint of the theory of mind, 2003-2005*) já lidava. O projecto RBD1 centrou-se na questão da motivação para a acção e nele foram consideradas questões tais como a concepção instrumental de racionalidade⁶, o modelo crença-desejo de explicação da acção⁷, a natureza das razões para agir, a relação entre razão e paixões (ou desejos) em concepções mais ou menos racionalistas da estrutura do querer⁸, a especificidade, face a crenças e desejos, de estados mentais tais como intenções⁹, teorias filosóficas das emoções¹⁰ (aqui veio a interessar-nos sobretudo o debate cognitivismo-não cognitivismo), o egoísmo psicológico enquanto núcleo da teoria da escolha racional, os fundamentos psicológico-filosóficos da economia tanto quanto estes envolvem a ideia de escolha racional de agentes¹¹, etc. Desta forma, o nosso primeiro projecto assumiu inevitavelmente uma forte componente de filosofia da acção e filosofia moral¹². É ainda

⁵ Por exemplo a definição instrumental, de acordo com a qual é racional o agente que mobiliza os meios adequados à prossecução dos fins que tem em vista (evidentemente para isso os fins devem estar já dados – e de onde virão?) e a ideia de ‘maximização da utilidade esperada’ (para que o agente possa agir de forma a maximizar a utilidade esperada, as suas preferências devem estar de alguma forma definidas – e como é que isso acontece?). Isto para não falar de presunção de que os agentes têm as crenças e desejos que lhes permitem pensar nas coisas do mundo em termos de meios e fins, utilidade e probabilidade.

⁶ Cf. por exemplo Madeira 2003^a, Madeira 2004

⁷ Madeira 2003a.

⁸ Miguens 2004, Capítulo 2 (Filosofia e racionalidade prática – o que devemos fazer?).

⁹ Madeira 2003b.

¹⁰ Mendonça 2004.

¹¹ Cf. a investigação de doutoramento de C. E. E. Mauro – embora esta tenha vindo a assumir contornos mais complexos, começou por visar precisamente os fundamentos filosófico-psicológicos da economia e especialmente a noção de egoísmo psicológico enquanto essência, em última instância, da teoria da escolha racional. O egoísmo psicológico é a concepção segundo a qual as pessoas são sempre motivadas pelo interesse pessoal; no limite, a ideia é que o agente racional age sempre de forma auto-interessada, maximizando a utilidade esperada de sua acção.

¹² Esta foi uma consequência do desenvolvimento do Projecto RBD1. À partida procurou-se simplesmente mapear os estudos da racionalidade, teórica e prática. Muitos dos trabalhos acabaram por centrar-se na resposta a duas questões: i) *O que move um agente à acção?* e ii) *Que forma tem uma teoria da racionalidade na filosofia?* (aqui foram tomadas como referência as obras de S. Stich, A. Goldman e R. Nozick e S. Blackburn).

isso que se passa, de resto, com o projecto RBD2.

Uma outra motivação fundamental para os nossos dois Projectos sobre racionalidade, além do interesse pelos fenómenos de irracionalidade, era de natureza mais técnica mas dizia também ela respeito a uma necessidade específica de fazer atribuições de racionalidade¹³. Estávamos interessados nos problemas que as teorias da interpretação na filosofia da mente enfrentam. Em teorias da interpretação, ou teorias interpretativas, como as de W. V. Quine, D. Davidson e D. Dennett, o ponto de partida da teoria da mente é uma atribuição de racionalidade¹⁴. Quanto a este aspecto, a origem mais longínqua dos projectos sobre racionalidade foi o meu trabalho sobre a Teoria dos Sistemas Intencionais de Daniel Dennett¹⁵. A Teoria dos Sistemas Intencionais – estou a chamar assim o conjunto de posições defendidas por D. Dennett em filosofia da mente – é uma teoria quineana da interpretação, e está comprometida com a atribuição aos agentes de crenças na sua maioria verdadeiras e de inferências na sua maior parte racionais. Na ausência de tal suposição seria pura e simplesmente impossível considerar outras partes do mundo como mentais. No caso específico da Teoria dos Sistemas Intencionais, a atribuição de racionalidade é condição para as teorias da representação, da consciência, da acção e da pessoalidade. Do esclarecimento do estatuto de tal suposição depende, assim, todo o edifício. Por esta razão, no trabalho referido questionava-se já quais seriam as condições e as implicações de tal suposição. Perguntava-se, em particular, se se trataria de uma suposição apriorista, como parece ser o caso numa outra teoria interpretativa do mental, a de Donald Davidson. A resposta era negativa. Antes de dizer porquê, e porque a posição de Davidson constitui para nós uma referência, começo por recordá-la. Em *Could*

Uma vez levado a cabo o mapeamento acima referido, as referências ramificaram-se, e as questões tratadas tornaram-se mais específicas; neste momento alguns membros do MLAG estão interessados sobretudo em teoria da acção e filosofia moral, outros em questão relativas à natureza da lógica, outros em filosofia da mente, tratando questões que vão desde as teorias da interpretação, teoria das emoções, causação mental, teorias da identidade, etc.

¹³Aqui deveria dizer-se ‘imputações de racionalidade e argumentos a favor da impossibilidade de irracionalidade’.

¹⁴ Considero para todos os efeitos que a origem deste posicionamento se encontra na forma como W. V. Quine considera o princípio da caridade no contexto da tradução radical (cf. *Word and Object*, 1960, p.59).

¹⁵ A avaliação da Teoria dos Sistemas Intencionais enquanto teoria da mente é o principal objectivo de Miguens 2002.

*There Be a Science of Rationality*¹⁶, Davidson defende o seguinte acerca da sua teoria do pensamento, linguagem e acção: «Toda a teoria está construída sobre as normas da racionalidade; foram estas normas que sugeriram a teoria e que lhe deram a estrutura que tem. Mas tudo isto está já nas partes formais e axiomatizáveis da teoria da decisão e da teoria da verdade, e estas são tão precisas e claras como qualquer teoria formal da física. No entanto, normas ou considerações de racionalidade também entram com a aplicação da teoria a agentes reais, no momento em que o intérprete atribui as suas próprias frases para capturar os conteúdos dos pensamentos e enunciações de um outro agente. O processo necessariamente envolve decidir que padrão de atribuições torna o outro inteligível (não inteligente, evidentemente!) e isto é uma questão de usar os nossos próprios standards de racionalidade para calibrar os pensamentos de um outro agente. De alguma forma é como ajustar uma curva a um conjunto de pontos, o que se faz na melhor das ciências. Mas há um elemento adicional no caso psicológico: na física temos uma mente a trabalhar para fazer tanto sentido quanto possível de um objecto que está a ser tratado como sendo sem-cérebro (*brainless*): no caso psicológico, existe um cérebro em cada ponta. Normas estão a ser empregues como standard de normas.»¹⁷.

A ideia de Davidson é portanto que as características daquilo que é atribuído na interpretação são determinadas por teorias formais, previamente ao processo de interpretação aplicado a agentes reais. Podemos ver aqui circularidade, podemos também considerar que Davidson apresenta um argumento apriorista a favor da impossibilidade de irracionalidade daquilo que conta como mental. Antes de recusarmos esta forma de pensar, de a vermos como um círculo vicioso, vale a pena parar para considerar que talvez as coisas não possam ser muito diferentes se de facto os constrangimentos da racionalidade estão inscritos na nossa forma de sermos seres mentais e linguísticos. E nós damos por nós sendo mentais e linguísticos – não podemos propriamente dar um passo atrás, sair dessa condição para a ver a partir de fora, e só então descrevê-la. Como afirma John Searle, «Podemos debater de forma inteligível teorias da racionalidade, mas não a racionalidade¹⁸».

De qualquer forma podemos, em seguida, perguntar por alternativas. Qual seria a alternativa à ideia apriorista davidsoniana?

¹⁶ Davidson 2004a.

¹⁷ Davidson 2004a: 130

¹⁸ Searle 2001: xiv.

Uma alternativa seria por exemplo considerar que é o design real de agentes que sustenta a atribuição de racionalidade, sendo o design ele próprio resultante de evolução por selecção natural. A racionalidade estaria assim para a cognição como a adaptação para a vida. Quer no caso da vida quer no caso da cognição estaríamos perante fenómenos de função e adaptação. No caso específico de Dennett, a rejeição da etiqueta de ‘instrumentalismo’ para a sua teoria da interpretação tem a ver com isto mesmo – ele considera que a Teoria dos Sistemas Intencionais não é instrumentalista na medida em que aquilo que o intérprete faz não é projectar racionalidade mas sim reconhecer padrões existentes, apoiado na realidade do design de agentes¹⁹. A explicação do design é posteriormente remetida para a teoria da evolução por selecção natural, o que, no caso do design mental, significa remeter a teoria da mente para considerações sub-pessoais. Desta linha de pensamento resulta um segundo argumento a favor da impossibilidade de irracionalidade de agentes reais, além do argumento apriorista davidsoniano²⁰.

Em geral, se os argumentos a favor da impossibilidade de irracionalidade se sustentam, isso significa que devemos conceber a irracionalidade como um fenómeno no seio da racionalidade, um fenómeno para o qual é preciso encontrar lugar e explicação²¹. Como diz Davidson, «o tipo de irracionalidade que cria problemas conceptuais não é a falha de uma outra pessoa em acreditar ou sentir ou fazer o que nós consideramos racional, mas a falha, no interior de uma única pessoa, na coerência ou consistência no padrão de crenças, atitudes, emoções, intenções e acções.»²². Talvez esta seja a forma correcta de ver as coisas. No entanto, a tentação de considerar como irracional no raciocínio ou na decisão das outras pessoas aquilo que *nós* consideramos irracional não é facilmente evitável – na verdade muita da literatura empírica sobre racionalidade enfrenta este problema. Em última análise, trata-se de saber se a racionalidade e a irracionalidade – para usar a expressão de J. Cohen²³ – podem ser empiricamente demonstradas. Será que faz sentido considerar que aborda agentes reais

¹⁹ Para uma apresentação resumida desta ideia, cf. Miguens 2006b.

²⁰ Curiosamente o tema da impossibilidade da irracionalidade é retomado nos trabalhos mais recentes do projecto relativamente à racionalidade prática. Cf. nomeadamente Mauro & Cadilha, no presente volume, onde é defendida a tese da impossibilidade de irracionalidade no momento da acção.

²¹ Cf. Amen, no presente volume.

²² Davidson 2004 a: 170.

²³ Cohen 1981.

sem qualquer pressuposição acerca da sua racionalidade ou irracionalidade, e que se vem a descobrir pela experiência se este é racional ou irracional? Ou haverá algo de errado nesta forma de ver as coisas?

Alguns estudos empíricos do raciocínio e da decisão apresentam-se como tendo provado a irracionalidade das pessoas. A pretensão seria substanciada pelo facto de tais estudos mostrarem que os juízos e decisões das pessoas não são conformes a alguma visão ideal da racionalidade dada pela lógica, teoria das probabilidades ou teoria da decisão: não é em função de tais princípios que as pessoas julgam e decidem. As pessoas pensam e decidem apoiadas antes em princípios heurísticos que simplificam os processos e que são em geral eficazes mas que conduzem também a distorções e enviesamentos persistentes (pense-se por exemplo nos clássicos estudos reunidos por A. Tversky, P. Slovic e D. Kahneman²⁴).

Mais recentemente alguns autores procuraram contestar tais conclusões acerca de irracionalidade persistente²⁵ – é esse por exemplo o caso dos estudos na psicologia evolucionista que reinterpretem ‘casos de irracionalidade’ bem conhecidos na literatura, como o caso de Linda ou a performance na tarefa de Wason. As distorções persistentes seriam função de características adaptativas dos mecanismos cognitivos dos humanos, não devendo por isso ser consideradas irracionais.

Será então que nenhuma prática, mecanismo ou componente das mentes humanas pode, quando considerado de um ponto de vista evolutivo, ser irracional? Esta seria uma conclusão demasiado radical.²⁶

²⁴ Kahneman, Slovic & Tversky 1982.

²⁵ Cosmides e Tooby 1996, Barkow, Cosmides & Tooby 1992. Cf., para uma descrição do problema, Miguens 2004, pp. 84-88.

²⁶ Um contra-exemplo analisado em Stich & Sripada 2005 diz respeito às emoções. Mesmo sendo estas resultantes de um processo evolutivo, pode dar-se o caso de existirem actualmente emoções inadaptadas. Procurando explicitar o que se faz quando se utiliza standards de racionalidade como modelos para a investigação empírica, é considerada em Samuels, Stich & Tremoulet 2003 a possibilidade de se tratar da caracterização de uma competência, à maneira do Conhecimento de Língua chomskyano. A ser esse o caso, torna-se necessário considerar a arquitectura cognitiva dos agentes e questões de modularidade. Entre as teses demasiado pessimistas (de acordo com as quais seríamos constitutivamente irracionais) e respostas demasiado optimistas (tais performances são justificadas pela história evolutiva da espécie), Samuels, Stich & Tremoulet procuram, em *Rethinking Rationality*, um artigo que foi muito discutido nas actividades do Projecto, defender uma hipótese intermédia. Em Stich & Sripada procura-se ainda mostrar como, mesmo a partir de um ponto de vista evolucionista, o qual é evocado por alguns autores para afastar as acusações de irracionalidade, é possível compreender a persistência em agentes de dispositivos que são *actualmente* irracionais. Stich e Sripada procuram evitar o

Penso que existe aqui uma questão prévia à interpretação dos dados resultantes de investigação empírica, e que é aqui que faz sentido a tese de Cohen de acordo com a qual a irracionalidade não pode ser empiricamente demonstrada. O ponto de Cohen era que princípios normativos tais como os da lógica ou da teoria das probabilidades não devem ser considerados como hipóteses de ciência natural, hipóteses que podem ser testadas, confirmadas ou refutadas. Eles constituem antes o quadro de referência da abordagem. Esta tese vai de encontro às posições em filosofia da mente a que me referi acima, de acordo com as quais não podemos sequer considerar qualquer parte do mundo como irracional sem uma suposição prévia de racionalidade – a irracionalidade é um fenómeno no interior da racionalidade. Claro que fica em aberto aqui saber que racionalidade é esta, que não pode ser identificada com os cânones formais usuais. Não é também nada claro quão racionais têm que ser os agentes a quem é imputada mente – o que é certo é que constrangimentos demasiado exigentes (tais como capacidade perfeita de cálculo, consistência de crenças, etc) parecem impossíveis de sustentar.

No trabalho a que tenho vindo a referir-me, a partir de Dennett e por razões relacionadas com teoria da cognição, defendi que a racionalidade aqui evocada não pode ser uma noção muito profunda, nem sequer definível com precisão²⁷. Trata-se de uma noção do nível do agente, comportamentalmente ancorada, ligada a relações instrumentais entre meios e fins. Ela aplica-se ao agente como um todo e não tem sequer por base géneros naturais que seriam representações (isto seria um mecanismo da racionalidade à la Fodor). Uma tal noção mínima de racionalidade pode ser essencial para fazer teoria da mente, mas não é de todo defensável dar o passo seguinte que consistiria em considerar que a sua natureza é explicitada por ‘cânones de racionalidade’ tais como a lógica, a teoria das probabilidades ou a teoria da decisão. É neste sentido que uma tal ‘racionalidade’ é por princípio insusceptível de uma caracterização precisa: é uma noção pragmática, que não deve ser considerada como o nome para qualquer valor cognitivo intrínseco. Ao defender esta posição²⁸ não pretendi de forma alguma desfazer, ou

‘excesso’ da oscilação, quando se considera as emoções, do clássico veredicto de irracionalidade para a ideia de que as emoções ‘são racionais como tudo o que resulta de evolução’. Agradeço especialmente a Tomás Carneiro o estudo, exposição e discussão destas questões, bem como a tradução dos dois artigos referidos.

²⁷ Miguens 2002: 510.

²⁸ Miguens 2002.

deflacionar, os problemas da racionalidade teórica e da racionalidade prática (o que devemos acreditar? o que devemos fazer?), mas apenas fazer notar que não estamos justificados, ao abordá-los, em colocar a racionalidade como a plataforma segura, evocada como uma última palavra. Os problemas da racionalidade teórica e prática – o que é racionalidade na acção? O que é racionalidade no raciocínio? – continuam em aberto, e são tão pertinentes como antes, apenas menos susceptíveis de uma resposta óbvia. A racionalidade evocada nas teorias da interpretação não é, portanto, perfeita. Esta tese tem, obviamente, que ser elaborada e desenvolvida. De qualquer forma o importante aqui é constatar que não parece ser possível enumerar a priori um conjunto de crenças verdadeiras e de princípios de inferência sem os quais não chamaríamos a um agente racional. S. Stich formula isto no âmbito da sua teoria pragmatista da racionalidade dizendo que não apenas ‘racionalidade’ não é o nome para algum valor cognitivo intrínseco como não há possibilidade de formular a priori constrangimentos para todos os agentes racionais possíveis²⁹.

As teorias da interpretação na filosofia da mente interessaram-nos particularmente devido ao papel que nelas a racionalidade desempenha. Mas, naturalmente, a pergunta pelo estatuto da suposição de racionalidade que acompanha as teorias da interpretação é apenas um dos aspectos pelos quais é possível questionar se tais teorias serão sustentáveis. As teorias da interpretação são, como é sabido, teorias anti-reducionistas³⁰, e constitui um problema de fundo saber se o anti-reducionismo quanto ao mental é em última análise coerente. Um dos grandes problemas aqui é certamente esse ‘resto inexplicado’ das teorias interpretativas do mental que ao mesmo tempo se pretendem monistas ou fisicalistas que é o intérprete: o que é o intérprete? de onde vem a racionalidade por ele atribuída? J. Fodor³¹, que é ele próprio um anti-reducionista, mas que defende um tipo de anti-reducionismo totalmente diferente, acusa a abordagem de Dennett de ser ‘transcendental’, e para Fodor isso não é um elogio, antes se relaciona com ausência de explicação.

Da perspectiva de Fodor, admitir a existência de representações reais é o primeiro passo para poder falar da racionalidade de agentes: as

²⁹ Stich 1990.

³⁰ Davidson é particularmente claro quanto às ‘razões’ para o anti-reducionismo: estas são a normatividade da interpretação, o carácter causal de conceitos mentais tais como ‘acção’ e o externalismo.

³¹ Cf. Miguens 2005b.

representações são mais fundamentais do que a racionalidade e são o princípio para a explicação desta última de um ponto de vista cognitivo. Ora, aí onde o realismo intencional fodoriano coloca representações mentais reais, possibilitando uma explicação sub-pessoal da racionalidade de agentes reportada às computações sobre representações, as teorias interpretativas, enquanto teorias transcendentais, não colocariam nada. O problema não é simples, e em última análise não diz respeito apenas a mecanismos cognitivos: trata-se de saber como é possível conjugar de forma coerente (se é que é de todo possível) naturalismo e fisicalismo com normatividade e subjectividade.

Além da questão geral acerca do lugar do mental no mundo físico, a abordagem da questão da racionalidade do ponto de vista da filosofia da mente, conduziu-nos ainda a questões específicas acerca do tipo de mentes que são as mentes humanas e do tipo de acções que são as acções humanas – não sendo as mentes humanas o único tipo de mente, nem as acções humanas o único tipo de comportamento de agentes no mundo, o facto é que a teoria da mente e da acção que se defende se reflecte inevitavelmente em algo que nos interessa bastante enquanto humanos: uma determinada concepção do humano. No trabalho que tenho vindo a referir³², quando se considerava a aplicação das teorias da representação e da consciência à forma de pensar na natureza de pessoas e acções, objectava-se ao intelectualismo das noções de consciência e de pessoalidade defendidas por Dennett. Uma discussão em curso no Projecto é aquela pela qual se pretende objectar a um análogo intelectualismo que se encontra na teoria davidsoniana: no artigo de onde foi retirada a citação que abre o presente texto, Davidson começa por considerar que nem crianças com uma semana nem caracóis podem ser justificadamente consideradas criaturas racionais³³ – apenas criaturas na posse do conceitos de crença e de verdade são capazes de pensamento objectivo e merecem ser chamadas racionais³⁴. Entre outras coisas, interessou-nos avaliar a razoabilidade desta pretensão, bem como explorar as alternativas.

³² Miguens 2002, Capítulo 4.

³³ Davidson 2001: 95.

³⁴ Creio que há algo de errado com o intelectualismo de Dennett e Davidson acerca destas questões – e parte do que há de errado tem a ver com a ausência de consideração da percepção na teoria da mente. Em termos de desenvolvimento do Projecto – cf. entrevistas com Charles Travis – esse tem sido um caminho explorado.

2. Questões metodológicas: ciência cognitiva e filosofia.

As duas motivações de partida dos projectos sobre racionalidade, ambas relacionadas com atribuições de racionalidade, conduziram-nos à filosofia da acção, filosofia moral e filosofia da mente. Tornam-se necessários agora alguns esclarecimentos metodológicos para compreender a extensão dos temas do projecto a outros campos. Na medida em que o projecto RBD2 foi concebido a partir de um foco metodológico estas considerações têm também relevância teórica por si.

Se o nosso primeiro projecto se centrou na questão da motivação para a acção, o segundo projecto tem no seu horizonte, precisamente, questões metodológicas relativas à relação entre filosofia e ciência cognitiva – é essa a justificação do seu sub-título «da ciência cognitiva à filosofia». O campo da ciência cognitiva é muito diverso e os debates filosóficos da ciência cognitiva vão desde questões tais como o inatismo, a modularidade e a natureza das representações, que poderão ter relação com os nossos interesses de investigação, até questões relativas à modelização da cognição, como as relativas ao conexionismo, que pelo menos neste momento estão mais afastadas. Para delimitar um território para o nosso trabalho deixamo-nos guiar pelos problemas da mente, linguagem e acção que neste momento nos ocupam. O nosso interesse metodológico genérico pelas relações entre filosofia e ciência cognitiva concretizou-se assim no objectivo de procurar clarificar o estatuto da teoria da mente no âmbito de uma concepção de epistemologia naturalizada, e entretanto clarificar a própria concepção de uma epistemologia naturalizada. É obviamente possível entender a ideia de epistemologia naturalizada como envolvendo a expulsão de questões normativas. Por isso nos pareceu especialmente interessante cruzar esta questão com a nossa abordagem dos fenómenos de racionalidade e irracionalidade. Será razoável defender que os estudos da racionalidade devem ser simplesmente entregues à ciência cognitiva, devendo a filosofia retirar-se do campo? Tal objectivo conduziu-nos naturalmente a procurar explicitar as diferenças entre ciência cognitiva e filosofia, especialmente filosofia da mente, na abordagem da natureza do mental. Fomos desde logo obrigados a constatar que a filosofia da mente é entendida de formas muito diferentes pelos filósofos da mente contemporâneos. Na verdade, o simples facto de tentarmos identificar e comparar usos da ideia de epistemologia naturalizada conduziu-nos inevitavelmente às controvérsias que a concepção de filosofia da mente como disciplina

gera³⁵. Assim, procurar compreender o que se faz quando se faz filosofia da mente foi uma (meta) questão constantemente em aberto, tratada inicialmente a partir dos três filósofos que escolhemos como orientação (Davidson, Fodor, Dennett), mas não se restringindo a eles (aliás, se algum destes filósofos continua a fazer convergir os interesses de todos os elementos do grupo, é neste momento unicamente Davidson³⁶).

Mas a pretensão mais específica do Projecto acerca das relações entre filosofia e ciência cognitiva ainda não foi mencionada. Ela foi a seguinte: partimos da suposição de que existe um problema filosófico da racionalidade para além dos problemas cognitivos relevantes, tais como aqueles relativos a raciocínio e decisão. A ideia é que investigações, na ciência cognitiva, acerca de questões como raciocínio, decisão, emoções ou teorias da mente, são necessárias mas não suficientes para se ter uma teoria filosófica da racionalidade, tal como esta foi definida no objectivo programático de fundo que envolveu ambos os projectos. De acordo com esta definição, uma teoria filosófica da racionalidade envolveria (i) *uma descrição ou caracterização dos factores em jogo nas ocasiões em que agentes passam de determinadas crenças para outras crenças, adicionam ou eliminam crenças do seu corpo de crenças, ou optam, a partir de um conjunto de crenças e desejos, por um curso de acção por entre várias alternativas*, (ii) *um conjunto de hipóteses acerca da forma como decidimos entre critérios de correcção quando falamos da justificação ou racionalidade de crenças e acções*, (iii) *um conjunto de hipóteses acerca das razões por que queremos saber (se de facto queremos) se as nossas crenças são verdadeiras e os nossos raciocínios e acções racionais*.

Não se encontrará tudo isso apenas na ciência cognitiva. Na verdade na definição acima encontram-se algumas pistas para a diferença entre filosofia e ciência cognitiva que nos interessa, e que se relaciona com ideias como estas: (i) não basta evocar cânones de racionalidade como a lógica ou a teoria da decisão como modelos no estudo empírico do raciocínio e decisão, é preciso explicitar as razões por que se os evoca, e justificar a legitimidade de tal evocação, (ii) não basta descrever processos da racionalidade teórica e prática, é preciso compreender a natureza da prescrição envolvida quando afirmamos que se deve raciocinar ou agir de uma determinada maneira, (iii) descrições

³⁵ Miguens 2006c.

³⁶ Cf. Cadilha, neste volume.

da aplicação de regras e princípios não dizem ainda nada acerca da ligação entre subjectividade e normatividade.

Uma formulação do problema filosófico da racionalidade seria então a seguinte. Se tomarmos agentes humanos conscientes, que em determinadas ocasiões pensam e agem de acordo com determinados princípios, o problema é: por que é que nessas circunstâncias devem ser utilizados esses princípios? E por quê exactamente esses princípios? No projecto tratamos a questão nos termos de um ‘critério de correcção’ (tomei o termo de A. Goldman³⁷): o que é necessário para responder a estas questões é um critério de correcção. Critérios de correcção explicitam as razões por que consideramos determinados cânones, ou standards, de racionalidade (regras, normas, princípios) como tal. Encontramos aqui alternativas tão diferentes como a evocação da natureza supostamente a priori do conhecimento lógico, a sustentação pública da normatividade em jogos de linguagem, ou o valor de sobrevivência de processos psicológicos que maximizam o número de crenças verdadeiras dos agentes (caracterizado por exemplo de uma perspectiva fiabilista). Podemos, na verdade, imaginar critérios de correcção alternativos para os standards de racionalidade. Como decidiremos então entre critérios de correcção alternativos? O próprio Goldman considera todas estas questões no âmbito de uma investigação conceptual da natureza da justificação e evoca o equilíbrio reflectido para responder à última questão acima. Mas mesmo que não concordemos com o carácter puramente conceptual de tal investigação, nem com a particular resposta de Goldman, somos levados a constatar que a investigação sobre a natureza da racionalidade, que poderíamos pensar ser relativa a processos cognitivos específicos, conduz a questões fundacionais acerca da natureza do pensamento e da linguagem e acerca da relação do pensamento como o mundo.

Encontramos em Robert Nozick³⁸ a segunda formulação do problema filosófico da racionalidade que nos guiou. Para Nozick, o problema filosófico da racionalidade diz respeito ao facto de certos agentes, nós próprios, não apenas usarem princípios para pensar e agir como terem que decidir que princípios *devem* utilizar para pensar e agir³⁹. Formular o problema em termos de princípios conduz-nos a perguntar: Qual é a natureza desses princípios? Em que reside a sua força? O que nos compele a segui-los, se é que algo o faz?, e sobretudo

³⁷ Goldman 1986.

³⁸ Nozick 1993.

³⁹ Cf. Nozick 1993 e Bizarro 2003.

Que princípio de decisão deve ser utilizado para escolher os princípios a usar?

À primeira vista, pelo menos, configurar o problema filosófico da racionalidade como um problema acerca de princípios faz-nos ter em mente normatividade explícita. Nada nos impede, no entanto, de admitirmos a existência de normatividade prévia a esse estado explícito: podemos supor que numa acepção mínima de racionalidade instrumental as descrições de racionalidade valem para qualquer agente cognitivo, consciente ou não, e radicam na existência de razões-funções no mundo natural (Dennett chamar-lhes-ia *free floating rationales*). O que entendemos por racionalidade deveria assim começar a ser considerado para compreendermos o seu lugar no mundo ‘a partir de baixo’, a partir da consideração dos benefícios, do ponto de vista evolutivo, do facto de agentes serem racionais, e não com a evocação de standards formais. Apenas posteriormente, em alguns agentes cognitivos, em alguns tipos de mentes, vieram a existir razões explícitas para a acção e a procura de razões independente de finalidade imediata – apareceu assim um cuidado com razões, por exemplo com a qualidade de raciocínios e decisões, uma procura de standards explícitos de racionalidade, que, na expressão de Nozick⁴⁰ ‘*now floats free*’. Procurar compreender o que está em causa na passagem de normatividade não explícita à normatividade explícita é outra das questões que nos ocupa.

Voltando à questão geral da diferença entre a filosofia e a ciência cognitiva quando se trata de questões de racionalidade, para além de termos procurado especificar as formulações do problema filosófico da racionalidade em termos de critérios de correcção e de justificação dos princípios, fomos levados ainda a concluir que não fazia sentido procurar compreender fenómenos de racionalidade e irracionalidade independentemente de uma teoria geral do pensamento, linguagem e acção. Essa pareceu-nos também uma incumbência da filosofia, sobretudo tanto quanto uma tal teoria deveria considerar questões relativas à perspectiva da primeira pessoa (chamemos-lhe eu, vontade livre, subjectividade, o que desejarmos⁴¹), e ao entendimento. Afirmei anteriormente que começámos por tomar como referências as obras de Davidson, Dennett e Fodor, e a verdade é que o trabalho em torno de Davidson se tornou particularmente importante para nós aqui, à medida que procurávamos lidar com (i) a natureza da perspectiva de primeira

⁴⁰ Nozick 1993.

⁴¹ No contexto da racionalidade prática John Searle fala, de forma expressiva, em ‘*the gap*’ (Searle 2001, Capítulo 3).

pessoa, (ii) a subjectividade como entendimento, (iii) a ligação da subjetividade com a normatividade⁴².

Este direcionamento relaciona-se em parte com a importância da consciência no que entendemos por pensamento, e pode ser defendido independentemente da ideia segundo a qual investigações filosóficas são exclusivamente aprioristas. Na verdade, o tipo de trabalhos a que nos propusemos nos Projectos assumem implicitamente que as investigações filosóficas não devem limitar-se a uma metodologia apriorista. Em contrapartida, é certo que nem toda a investigação em ciência cognitiva tem que ser, nem é, filosoficamente interessante. No entanto, não há como evitar constatar que certas investigações em curso em áreas da ciência cognitiva tais como por exemplo a psicologia do desenvolvimento e a psicologia evolutiva são, pelo seu próprio teor, enormemente relevantes para filósofos interessados em certo tipo de problemas, nomeadamente aqueles que dizem respeito à natureza da mente, da linguagem e da acção. É por exemplo esse o caso, pensando no presente projecto, da investigação sobre decisão, emoções, atenção conjunta, etc.

Torna-se imperativo compreender a importância, do ponto de vista filosófico, de tal investigação, e esta foi outra questão teórico-metodológica para nós. Penso que a referida importância tem a ver com o seguinte⁴³: aqueles que vêm a ser, no tipo de agente racional que nós somos, os mecanismos da mentalidade, resultam da contingência histórica, evolutiva, de uma determinada interacção com o mundo. Assim sendo, como nota Charles Travis⁴⁴ esses mecanismos são *species specific*, i.e. não são característicos do pensador qualquer mas sim de pensadores humanos, resultantes de um processo de evolução específico. Os nossos mecanismos mentais são, para usar a expressão de Travis, ‘paroquiais’; os seus produtos não são produtos do ‘pensador qualquer’, mas de um tipo específico de pensador. Os mecanismos

⁴² Miguens 2005c e Miguens, artigo no presente volume.

⁴³ Aqui devo agradecer a Charles Travis as ideias iluminadoras que ao longo das entrevistas que têm acompanhado o Projecto RBD2 provocou em mim. O teor das entrevistas (cf. Miguens 2005^a e Miguens, no prelo) mostra que a questão foi abordada a partir da discussão de Wittgenstein e de Frege, com frequentes evocações (em grande medida críticas) de Davidson, McDowell e Fodor. Na prática, este foi o germen para o desenvolvimento, no Projecto, de uma dimensão de história da filosofia contemporânea que excede os filósofos da mente e da linguagem que começamos por apontar como guias, por se ter tornado evidente que as questões que tínhamos colocado acerca de agentes racionais se prolongam em questões acerca da relação entre o pensamento e o mundo e acerca natureza da experiência.

⁴⁴ Miguens 2005a.

mentais eles próprios, tal como são neste mundo, são o objecto das ciências da cognição; a singularidade, o facto de os mecanismos mentais serem, para usar a expressão de Travis, ‘paroquiais’; o facto de os seus produtos não serem pensamento do ‘pensador qualquer’, mas de um tipo específico de pensador, tem implicações epistemológicas, metafísicas e éticas importantes e são estas que devem ser consideradas pela filosofia. Esta é uma pista essencial para a compreensão da diferença das estratégias de abordagem da filosofia e da ciência cognitiva sobre objectos que são aparentemente os mesmos, tais como a mente e a racionalidade. À filosofia cabe procurar compreender tal singularidade como singularidade, por oposição à suposta ‘racionalidade do pensamento qualquer e do pensador qualquer’.

3. Esboço de algumas respostas.

Ao longo dos trabalhos dos Projectos fomos esboçando várias respostas para o conjunto de problemas de uma teoria filosófica da racionalidade. Algumas delas foram sendo avançadas no que até aqui afirmei. Recapitulo, para terminar, apenas alguns pontos, razoavelmente consensuais naquilo que fizemos.

Partimos do princípio de que para enfrentar o problema filosófico da racionalidade não basta identificar e evocar standards de racionalidade – é preciso procurar critérios de correcção e avançar razões para escolher por entre as alternativas. Isso leva-nos em última análise até questões gerais acerca da relação entre pensamento e realidade.

As questões ‘Por que é que queremos ter crenças verdadeiras?’ e ‘Por que é que queremos agir e pensar de forma racional?’ aparecem de forma muito diferente quando são formuladas genericamente acerca de agentes cognitivos – aparecerão aí como plausíveis hipóteses relativas a evolução e sobrevivência – e quando são formuladas ‘a partir de dentro’. ‘A partir de dentro’ não se tratará, pelo menos num certo plano, exactamente de algo que o agente *quer*, mas antes do facto de o agente se encontrar constituído, ‘desenhado’, para ser de uma certa maneira (instrumentalmente racional, maximizador das crenças verdadeiras, etc). Isto justifica uma repetição da questão: será que de facto queremos ter crenças verdadeiras e pensar e agir de forma racional? S. Stich, do seu ponto de vista pragmatista, diria aqui que enquanto agentes cognitivos não queremos saber de verdade e racionalidade, na medida

em que essas não são as finalidades da acção⁴⁵, e é das finalidades da acção que nós queremos saber. Temos portanto que procurar saber o que determina tais finalidades – o que em última análise nos faz querer, e também que conceber a nossa relação, enquanto agentes que pensam em si próprios de uma determinada maneira, com tal querer.

É aqui que entram as questões acerca do aspecto volitivo da nossa subjectividade, que nos ocupam já desde o primeiro projecto. Qual será então a natureza dos nossos desejos? Serão determinações brutas do tipo de ser que somos? Poderemos de alguma forma apoderar-nos e dominar aquilo que desejamos? O que nos faz querer? O que nos move à acção? Seremos obrigados a escolher, ao procurar identificar o que nos move à acção, entre desejos humanos e princípios kantianos? E como devemos conceber o papel das emoções aqui? Como é que alguma coisa vem a ter valor para alguém?

Podemos até certo ponto de alguma forma apoderar-nos e dominar aquilo que desejamos, e o mero facto de podermos defender que existem razões para acções e que as possuímos e usamos para causar acções vai nesse sentido. É duvidoso no entanto que a nossa situação seja a de um desaparecimento kantiano dos desejos dando lugar ao exercício da vontade racional pura.

Mas poderemos mesmo saber aquilo que de facto desejamos? Na medida em que aquilo que desejamos não apenas tem que ser (re) conhecido por nós como se relaciona com aquilo que pensamos que somos, a questão recai sobre o tema do auto-conhecimento. Não podemos contorná-lo, e diversas posições têm que ser consideradas. O problema envolve entre outras coisas a unidade das nossas mentes, e recai sobre a forma como pensamos na relação entre crenças, desejos, emoções, etc (que unidade existe, se é que existe, quem manda em quê? Por exemplo, eu não quero querer aquilo que quero – qual destes ‘quereres’ sou eu?)⁴⁶

Mas será que crenças, desejos e intenções são os únicos motores da acção? Não deveremos considerar que as emoções e outros processos não cognitivos, tais como as protoemoções, produzem comportamento e participam no processo de tomada de decisão? Alguns dos trabalhos do projecto assentaram na tese de que as explicações cognitivistas das emoções não dão conta da importância destes processos não cognitivos, e como tal não explicam convenientemente o

⁴⁵ No presente volume Tomás Magalhães Carneiro analisa a aplicação desta ideia a uma teoria das emoções.

⁴⁶ O problema é em parte tratado em Amen, no presente volume.

modo como agimos e por que decidimos agir⁴⁷.

Será que a atribuição de racionalidade e irracionalidade está totalmente em nosso poder, ou o próprio acto de considerar algo como mental tem como condição uma atribuição de racionalidade? De acordo com as teorias interpretativas do mental, o caso é este último, o que assumirá a forma de algum argumento a favor da impossibilidade de irracionalidade, tornando a irracionalidade um fenómeno dentro da racionalidade e esvaziando de sentido a ideia de ‘refutar empiricamente a racionalidade’.

Uma das ideias básicas do projecto foi reportar a racionalidade a agentes reais e às finalidades e afazeres destes no mundo. Nestas circunstâncias, o que é que princípios formais nos dizem acerca de processos de racionalidade tais como raciocínios e decisões? Qual é, por exemplo, a relação entre o raciocínio como processo de transformação de representações num agente e os cânones formais que supostamente se lhe aplicam, e cuja proveniência é a lógica? Qual é a relação entre a acção e decisão, e os princípios da teoria da decisão? Princípios de teorias formais fornecem-nos modelos para pensar sobre esses processos – a necessidade de modelos para considerar um âmbito de fenómenos é a norma em ciência –, mas avançar mais do que isso é arriscado. É aqui que se tornam pertinentes por exemplo discussões em história e filosofia da lógica – e estas podem inclusivamente conduzir-nos a notar que a própria concepção do que é a lógica e do que se faz em lógica permite imagens bastante diferentes do raciocínio e do pensamento⁴⁸.

4. Os artigos

Passo a descrever brevemente os artigos incluídos no presente volume e que constituem alguns dos resultados dos trabalhos de investigação dos membros do MLAG no último ano. Os artigos resultam dos trabalhos que os seus autores têm em curso, em muitos casos teses de mestrado e doutoramento. Como se verificará, eles dão voz a diferentes posições perante os problemas até aqui referidos, manifestando inclusivamente divergências fundamentais.

No primeiro artigo, *Por que não pode existir uma acção irracional*, Carlos Mauro e Susana Cadilha, defendem a tese segundo a

⁴⁷ Cf. Carneiro, no presente volume.

⁴⁸ Cf. Pinto, no presente volume.

qual não pode haver contradição no momento da acção, ou o agente não agirá de todo. A tese é, naturalmente, polémica, e por ocasião do colóquio, conduziu a uma discussão em torno de noções tais como ‘desejo revelado’, ‘crença revelada’, diferença entre intenção prévia e intenção na acção, crenças ociosas, e ‘racionalidade como conceito aplicado a um instante’. Em geral, a tese deflaciona a (suposta) importância da racionalidade por exemplo na produção de normas morais.

José P. Maçorano, em *L. Floridi e a filosofia da informação*, expõe os conceitos nucleares e as principais consequências epistemológicas e metafísicas da filosofia da informação desenvolvida por L. Floridi (Universidade de Oxford).

Compara, nomeadamente, os conceitos de informação e de dados (*data*), sublinhando as diferenças ontológicas entre eles. Dadas tais diferenças, defende que as propostas de Floridi não são compatíveis com as concepções de conhecimento que se baseiam em representações mentais. De resto, como o autor explica, Floridi defende a ideia de um conhecimento construído pela informação, entendendo a informação enquanto dados estruturados segundo uma sintaxe e uma semântica bem definidas. De um ponto de vista filosófico mais geral, são exploradas as consequências relativistas e pragmatistas das teses de Floridi.

Em *Crença, triangulações e atenção conjunta*, Sofia Miguens continua a exploração do pensamento de D. Davidson com vista a uma teoria geral do pensamento, da linguagem e da acção que possa fundamentar e sistematizar o tratamento dos temas específicos do Projecto. Está em causa a última fase da obra de Davidson, na qual este desenvolve um conjunto de teses em torno da ideia de triangulação, que trazem modificações à anterior concepção de interpretação radical. O foco geral é desta vez a intersubjectividade e a importância desta na possibilidade de pensamento objectivo. A questão específica é a aplicabilidade da noção de crença a outros agentes que não os humanos, ou, mais em geral, a aplicabilidade do conceito de crença a mentes pré-conceptuais e pré-linguísticas. O artigo pretende ainda explorar as relações entre ciência cognitiva e filosofia no que respeita à intersubjectividade, já que aquilo que é tratado por Davidson sob o título de triangulação é também objecto de estudos empíricos, sob o título de atenção conjunta.

Continuando com o estudo do pensamento de Davidson, segue-se o texto de Susana Cadilha, *A teoria da acção de Donald Davidson e o problema da causação mental*. O artigo é uma análise crítica de alguns

aspectos da filosofia de Donald Davidson, nomeadamente da sua teoria da acção e da proposta ontológica com ela intimamente relacionada. O principal problema é o da causação mental – a autora discute a possibilidade de defendê-la no interior do esquema davidsoniano.

Em *Emoções e racionalidade derivada* Tomás Magalhães Carneiro procura investigar o estatuto a atribuir ao background não cognitivo numa teoria filosófica da racionalidade. Procura ainda saber como será possível encontrar um critério normativo de racionalidade. O autor discute nomeadamente as consequências dos resultados da psicologia evolucionista para o campo das teorias da racionalidade, sobretudo os trabalhos sobre emoções e racionalidade das emoções. Discute ainda propostas específicas de S. Stich e J. Searle quanto ao estatuto da racionalidade. A sua ideia fundamental é que a racionalidade das proto-emoções é derivada de formas de intencionalidade superiores.

Em *Davidson on Irrationality and Division*, Miguel Amen enfrenta directamente o tratamento que Davidson faz da questão da irracionalidade, defendendo-o de críticas de J. Heil (*Divided Minds*). Davidson defende que para compreendermos a irracionalidade devemos postular uma mente dividida, enquanto Heil apresenta objecções a essa tese, aparentemente simples e directa. A ideia de Heil é que mesmo que uma mente dividida fosse suficiente para explicar a irracionalidade, ela não é necessária (é mesmo supérflua). Miguel Ámen defende Davidson das críticas que lhe são dirigidas, procurando corrigir a interpretação que Heil dele faz.

A lógica é um dos possíveis cânones da racionalidade. Mas de forma alguma é legítimo considerar a lógica como oferecendo-nos sem mais as regras que o raciocínio deve seguir – antes de o fazermos conviria procurar esclarecer a natureza da lógica. O trabalho em história e filosofia da lógica constitui uma importante via para um tal esclarecimento. O artigo de João Alberto Pinto, *Boole e Frege: matematização da lógica vs. logificação* situa-se aí. Em termos gerais, estão em discussão no seu trabalho concepções de lógica como linguagem e concepções de lógica como cálculo, articuláveis com diferentes concepções sobre o mental que lhes podem estar subjacentes.

Resta-me esperar que a leitura dos artigos, e a consideração dos temas aqui propostos, bastante diversos, como perspectivas sobre a questão filosófica da racionalidade seja esclarecedora e frutuosa.

